

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 15, julho a dezembro de 2005.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Audrey de Souza Coimbra e Adriano de Amorim Fernandes professores de Geografia do Curso Pré Vestibular da Associação os Amigos do Noivo – ABAN – da cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais. Licenciados em Geografia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES – da cidade de Juiz de Fora e Pós Graduandos em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – Minas Gerais.

e-mail: audrinhogeojf@terra.com.br

aafgeo@ig.com.br

Resumo

O presente artigo, partindo das definições conceituais sobre os Movimentos Sociais e a Educação Ambiental, reafirma a importância dos sujeitos coletivos na construção coletiva da cidadania.

Palavras-Chave

Movimentos Sociais – Educação Ambiental – Cidadania – Meio Ambiente.

Abstract

The present article, leaving of the conceptual definitions about the Social Movements and the Environmental Education, it reaffirms the importance of the collective subjects in the collective construction of the citizenship.

Keywords

Social Movements – Environmental Education – Citizenship – Environment.

Neste início de século, em que o mundo vem passando por um importante processo de reorganização, a questão ambiental tenta resgatar sua essência frente às relações sociedade/natureza e a compreensão tradicional de tais relações desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista. Homem e natureza eram considerados como pólos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza totalmente configurada material, sendo então fonte ilimitada de recursos sempre à disposição do ser humano. Com base nessa concepção, desenvolveram-se práticas, por meio de um processo de industrialização, em que a acumulação se realizava por meio de exploração contínua e intensa dos recursos naturais, com conseqüência nocivas para a natureza e a sociedade. (LOUREIRO, 2002).

Indiscutivelmente uma das inquietações contemporâneas de maior apelo é denominada “questão ambiental” e problemas associados, socialmente compreendidos como tais, decorrentes da expansão incontrolada da modernidade capitalista e suas conseqüências sobre a vida. Diante do cenário atual, conforme Arendt (apud LOUREIRO, 2004, p.2), o modo de organização da sociedade vigente se baseia: na aceleração da produção de riquezas materiais alienadas para permitir a reprodução e acumulação do Capital; na apropriação privada e desigual do patrimônio natural; na transformação dos bens de uso em bens de consumo definidos por seu valor de troca e na banalização da existência e na mercantilização de tudo. De acordo com Beck (apud LOUREIRO, 2004, p. 2), o que gera incertezas quanto à possibilidade de se evitar, recuperar ou compensar os problemas ambientais propiciados no marco do capitalismo, e evidencia a urgência de se estabelecer amplo debate público acerca das questões que envolvem os riscos à vida no planeta.

Neste contexto, a presença e conseqüente atuação dos movimentos sociais organizados a partir da luta pela questão ambiental é um fator de extrema relevância na sociedade.

Apenas recentemente a cidadania ambiental ingressou no temário de interesse de grupos, povos e classes sociais. Sua elevação junto ao cenário social é tão recente quanto a própria questão ambiental, que passou a reclamar a atenção da sociedade global apenas nas últimas décadas do século XX, arrastando neste movimento uma série de questões com ela relacionada. Os movimentos sociais surgem como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão e da cidadania.

Historicamente, como verifica Gohn (1999), a relação movimentos sociais- educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania. Cumpre esclarecer primeiro esta categoria, onde se observa a construção de várias abordagens, do ponto de vista teórico-metodológico e das visões do processo de mudança e transformação da sociedade.

Os movimentos sociais podem ser assim definidos:

(...) são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (GOHN, 1997, p. 251).

Portanto, as diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais, segundo Gohn (1997), primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais.

Resulta, então, dessas alterações, um conjunto desigual de fenômenos sociais que tem sido designados como movimentos sociais, onde tenta-se esclarecer a questão criando novas classificações científicas ou tipologias experimentais sem fundamentação teórica.

Ao se debruçar sobre a presença e o significado dos movimentos sociais no cenário brasileiro atual, Gohn (op.cit.), destaca uma marcante diferença se comparados com aqueles da década de 70 e 80. Nessas décadas a diversidade de ações, calcadas em necessidades variadas da população convergia para um caráter de contraposição ao Estado, governado por uma ditadura. Nos anos 90, delineia-se um novo cenário. A sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática. Ela tem sido auxiliada pela nova base jurídico-constitucional construída a partir de 1988, com a nova Carta Magna do país. Entretanto, existe um clima de descrença generalizado na política, nos políticos e nos organismos estatais. Hoje, são novos os tipos de movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. São movimentos multiclassistas. movimentos que lutam pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas. Atuam em redes e alguns deles ultrapassam fronteiras da nação, como o de antiglobalização.

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Eles são ligados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias, e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior.

Segundo Gohn (op.cit.), a composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: o primeiro é o da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. O segundo se destaca em relação à composição dos movimentos que diz respeito a sua localização geográfico-espacial. Eles podem estar localizados no campo como na cidade, podem ser rurais ou urbanos, estarem restritos a certo país ou a um continente geopolítico mais amplo.

Como a categoria espacial não é apenas geográfica, mas tem um forte peso do componente social, disto derivam denominações: movimentos da periferia, movimentos dos guetos pobres, movimentos camponeses, bem como:

(...) os movimentos ecológicos, por exemplo, que usualmente não priorizam a questão social mas problemas socioambientais, o princípio articulatório de suas demandas tem na categoria espaço uma forte determinação, dada por áreas ou regiões a serem preservadas ou restauradas. Mas estes mesmos movimentos podem ser tantos locais como nacionais ou internacionais. Trata-se de uma demanda que está globalizada, refletindo-se na composição social destes movimentos em termos de uma heterogeneidade maior de atores sociais. (GOHN, 1997, p. 257).

A organização de um movimento pode ser formal ou informal. Usualmente, nas etapas iniciais, existe uma organização informal, onde com o tempo a necessidade de formalização se impõem com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempo de mandato. A organização também possui níveis interno e externo, sendo este último elemento da rede de articulações. A organização, vista como estrutura de suporte e os significados culturais-simbólicos construídos pelo movimento são elementos-chave para captar as mudanças socioculturais e políticas que os movimentos geram ou de que participam como atores fundamentais.

Conforme Gohn (1997), as práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas.

Os movimentos sociais mais estruturados, com organização de cargos e funções, ideologias mais tradicionais, tendem a ter mais práticas formais. Os movimentos sociais mais soltos, mais flexíveis em termos de organização, mais abertos em termos de valores e ideologias, como os ecológicos, tendem a fazer uso quase que exclusivamente das práticas informais, por isso estão sempre inovando e surpreendendo.

Segundo Gohn (1997), de modo geral, podemos observar num movimento social as seguintes fases:

- 1 – Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir.
- 2 – Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
- 3 – Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
- 4 – Transformações das demandas em reivindicações.
- 5 – Organização elementar do movimento.
- 6 – Formulação de estratégias.
- 7 – Práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos, etc.
- 8 – Encaminhamento de reivindicações.
- 9- Práticas de difusão (jornais, conferências, apresentações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).
- 10 – Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.
- 11 – Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Devemos observar que existem várias fases e que não são todas necessariamente sequenciais. Na prática não há linearidade de um esquema racional, porque os movimentos não são puros, autônomos, isolados, autodeterminados.

Ao se falar sobre as categorias de movimentos sociais e seus diferentes tipos, corremos vários riscos, desde a simplificação de se estabelecer uma tipologia da realidade social, em termos de modelos ideais, até a generalização completa dos fenômenos sociais, onde tudo seria considerado movimento social.

Pode-se ter movimentos de diferentes classes e camadas sociais, o tipo de ação envolvida é que será o indicador do caráter do movimento, segundo Gohn (op. cit.) são:

1ª categoria – Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus demandatários. Exs: a igreja, o partido, o sindicato, a escola, etc.

2ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor: Exs: mulheres(feminismo), índios, negros, idosos aposentados, homossexuais, etc.

3ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais. Exs: saúde, transportes, habitação, ecológicos, pacifistas, antinucleares, preservação patrimônio histórico, defesa dos animais, etc.

4ª categoria – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural, etc.). Exs: insurreições, revoltas, motins, revoluções, etc.

5ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir de ideologias. Exs: o anarquismo, o marxismo, o cristianismo, etc.

Cabe salientar, neste ponto, a função democratizadora dos movimentos sociais em sua maior parte constituindo o processo de materialização e resposta concreta a crescente crise civilizacional da atualidade que traz consigo a impotência e a desmobilização. Segundo Scherer-Warren (apud LOUREIRO, 2002, p. 79), constituem ações coletivas reativas e propositivas que ocorrem em três modalidades não excludentes: (1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopia societária ou civilizacional. Ser a expressão concreta da dinâmica de interesses, desejos e utopias coletivas lhes conferem uma dimensão de ação humana sobre a história. Quando se faz necessário suas ações, não a intensificação de seus atos que é determinante para o que de ser realizado, mas sim a sensibilização, interpretação, mobilização, representação e conhecimento que se constrói no conjunto dos sujeitos e atores sociais aí envolvidos, ou seja, a apropriação social, cultural e educativa do fato.

Gohn (op.cit.), procurando construir um quadro que demonstre os principais eixos temáticos das lutas e demandas dos movimentos sociais, assim descreve:

- 1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em três frentes de luta: a) articulação de redes sociopolíticas que militam ao redor do tema urbano (do habitat, a cidade propriamente dita) e participaram do processo de construção e obtenção de um “Estatuto da Cidade”; b) movimentos sociais populares dos Sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados); c) contra a violência urbana (no trânsito, ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio);
- 2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores);
- 3) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais);
- 4) mobilizações e movimentos contra o desemprego;
- 5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas;
- 6) movimentos étnico-raciais (índios e negros);
- 7) movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais);
- 8) mobilizações e movimentos dos Sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra);
- 9) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; e

10) movimentos contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização (contra Alca, Fórum Social Mundial, etc.).

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. Conforme Gohn (1999), a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas.

No que diz respeito à relação entre a Educação Ambiental e a educação faz-se necessário destacar: Questiona-se e problematiza-se de forma crescente, quais são as contribuições do processo educativo buscando respostas aos múltiplos, complexos e ainda, cada vez mais, frequentes problemas socioambientais.

Frente à eclosão da crise ambiental, esse inesperado obstáculo que desacelerou a trajetória do direcionamento civilizatório moderno, os diversos sistemas sociais, política, economia, ciência, tecnologia, direito, educação, entre outros, foram então desafiados a reagir e apresentar propostas de conversão do direcionamento, para que encontrassem no interior de suas especificidades, formas de enfrentar o cenário da insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento. Em variados tempos e espaços, foi possível presenciar o nascimento de uma economia “ecológica”, de uma política “verde”, de um direito “ambiental”, de uma tecnologia “limpa”, de uma ciência “complexa”, traduções essas da incorporação da dimensão ambiental em suas respectivas lógicas.

A Educação não se eximiu a esse contextuoso cenário, fazendo emergir em seu interior, uma educação agora “ambiental”. Nesse aspecto, a Educação Ambiental corresponde à reação dos sistemas educativo perante aos desafios impostos pela crise ambiental. Assim, contra uma educação convencional que não é ambiental, desenvolveu-se uma reforma no sistema educativo para incorporar a dimensão ambiental no âmbito da educação em si.

Dessa forma, o componente “reflexivo” da Educação Ambiental é tão importante quanto o “ativo” ou o “comportamental”, onde:

(...) a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza. (LOUREIRO, 2002, p. 69).

Como verifica Demo (apud LOUREIRO, 2002, p. 70), em termos genéricos e conceituais, a educação é essencialmente política, pois político é o campo de atuação humana em que nos formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam. Uma das grandes falhas dos processos educativos, então denominados “temáticos” ou “transversais” (Educação Sexual, Educação em Saúde, etc.), que também se reproduz na educação ambiental, é a falta de clareza do significado da dimensão política em educação. Esse fato se verifica ao observamos que a atuação dos educadores vem tornando as iniciativas educacionais ambientalistas, limitados a instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica, mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se

afirmar como verde e universal em seu processo de reprodução, ignorando-se, assim, seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável. Politizar a Educação Ambiental concerne em primeiro lugar, desenvolver a consciência essencial de que a questão ambiental se origina e se expressa no conflito entre interesses privados e públicos pelo acesso e pela apropriação dos recursos naturais. Igualmente, importa, relacionar a origem desses conflitos aos principais agentes socioeconômicos responsáveis pela degradação socioambiental.

Politizar a Educação Ambiental também implica em desenvolver a noção de qualidade de vida, a compreensão da importância de trabalhar pela qualidade da própria vida, bem como estimular sua redistribuição para aqueles que ainda não têm, e ainda defender a expansão para aqueles que já a conquistaram de certa forma. Embora a noção de qualidade de vida se apresente como uma questão de certa complexidade em seus significados e leituras, permeia um campo fértil e abrangente para compreensão das sociedades contemporâneas e a construção de propostas de sociabilidade que conjuguem a cidadania, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Contudo, esse processo ficaria incompleto se não incorporasse e estimulasse a participação social como uma prática objetiva que transforma a consciência cidadã em ação social ou cidadania participante. Os processos da cidadania e da participação guardam entre si uma relação de interdependência e complementaridade fundamental à afirmação e ao exercício da democracia genuína, pois, a cidadania necessita da participação social para assegurar sua concretização, dinamismo, crescimento e maturação.

Qual seria, então, o papel da cidadania planetária, cerne da Educação Ambiental? Em um contexto globalizado, o conceito de cidadania vem incorporando outras dimensões e significações decorrentes do fato de que vivemos em um planeta fisicamente limitado. Passou a ser urgente à busca de mecanismos efetivos de participação e poder de decisão em movimentos sociais que constituem a sociedade civil nacional e internacional, com a instituição de espaços público com poder deliberativo que tragam para o âmbito dos direitos o senso de responsabilidade cívica com ênfase nas questões de humanidade (gênero, ambiente, minorias, fome, exploração infantil, trabalho escravo, analfabetismo, doenças epidêmicas, entre outros). Na contemporaneidade, o conceito de cidadania envolve complexos conjuntos de direitos e responsabilidades sociais, não mais limitadas aos padrões tradicionalmente associados ao Estado-Nação, e sim pensadas e reproduzidas em sentido global.

A globalização configura-se como um fenômeno contraditório e tipicamente moderno que por um lado expressa o desenvolvimento do capitalismo sem fronteiras que acentua as desigualdades; por outro lado, demonstra a expressão de um fenômeno de conscientização da limitação do planeta em termos de recursos naturais e da eliminação das fronteiras entre as nações, como resultado dos avanços científicos e tecnológicos que são destacados nos meios de comunicações e informacionais e nos meios de transportes, para parte da população mundial.

No desenvolvimento de uma cultura democrática e na ampliação da consciência cidadã e da cidadania ativa, em que se materializa por meio da participação social, estão alguns desafios centrais de uma Educação Ambiental emancipatória. No entanto, graças a utilização abusiva e vulgarizada das noções de cidadania e participação social nos discursos oficiais de Educação Ambiental e nas propostas veiculadas por esses discursos, julgamos necessário qualificar essas noções a fim de distinguir ambigüidades e extinguir as dúvidas de sua confusa aplicação.

Discutindo a noção de cidadania:

(...) uma cidadania passiva, definida a partir de cima, como concessão do Estado, de uma cidadania ativa, definida a partir de baixo, pela ação de instituições civis autônomas., diferencia dessa forma, uma cidadania conservadora, passiva e privada, uma vez que enfatiza os interesses individuais privados de uma cidadania transformadora, ativa e pública preocupada, principalmente, com os interesses e direitos da coletividade. VIEIRA (apud LOUREIRO, 2002, p. 135).

Ecocidadania/cidadania planetária é um conceito utilizado de acordo com Loureiro (2000), para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita à tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas.

Essa visualização da sociedade conduz ao movimento ambientalista, em sua perspectiva crítica, criar estratégias dialéticas com abrangência local e global que alcancem a mediação entre as esferas econômicas e político-cultural, apontando para um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares:

(...) se, por um lado, o discurso ambientalista é reconhecido e incorporado pelos setores sociais como tema de relevante interesse na atualidade, por outro, não vem conduzindo à mobilização permanente e ao envolvimento de amplas parcelas da população, a não ser em situações urgentes, concretas e específicas. Poucos são os indivíduos que conhecem entidades ambientalistas de base e mantêm contato com elas. Geralmente, as organizações citadas pela população pertencem a um universo distante e que dispõe de maior visibilidade na mídia. (LOUREIRO, 2002, p.81).

Evidentemente, isso não implica que o movimento ambientalista seja incapaz de articular-se e ampliar sua luta, ao contrário é historicamente um movimento social com indiscutível potencial discursivo e prático de relacionar o particular ao global. Apesar do aspecto comunitarista na maioria das entidades ambientalistas, há aquelas mais antigas que articulam a problemática ambiental stricto sensu à social, buscando inserção em cenário políticos mais abrangentes, reconhecendo que a ação não se resume à procura de soluções.

Em resposta ao processo de alienação que o sistema capitalista acarreta, cabe compartilhar a perspectiva de que é justamente a ação consciente na esfera da autonomia das relações na sociedade civil, que pode orientar o sistema e transformá-lo, por meio de práticas compreendidas como autônomas (militância política e práticas pedagógicas, filosóficas, científicas e artísticas) e da libertação do trabalho tradicional alienante, reforçando as considerações formuladas buscando uma maior articulação entre a práxis educativa e o dinamismo do movimento social.

Considerações Finais

Ao elaborarmos este artigo, assumimos a importância que os movimentos sociais e a educação ambiental tem ao propiciar o estabelecimento de uma responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente.

Com uma concepção mais totalizadora, coesa, crítica e integrada com os movimentos sociais organizados e comprometidos com a preservação da vida em seu sentido mais profundo, poderá vir a contribuir para o exercício da cidadania,

desenvolvendo uma mentalidade ecológica de respeito entre o homem e a natureza, mas também de compromisso social com o espaço privado e público e de engajamento na construção de uma sociedade sustentável, melhor e menos excludente.

Referencias Bibliográficas

GOHN, M. G. M. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, M. G. M. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GROSSI, M. **Coletânea: Sujeitos coletivos, meio ambiente e cidadania – textos e notas**. Juiz de Fora:: CESPEA, UFJF, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.